

“Associativismo, profissões e políticas públicas – III Seminário Nacional de Trabalho e Gênero”,
Sessão Temática “Casa, Gênero e Trabalho”,
Título do trabalho: Vida Melhor – o Programa Bolsa Família no DF e o Enfrentamento das Desigualdades de Gênero
Autora: Marlene Teixeira¹
Fernanda Ferreira Araújo²

1 Assistente Social. Doutora em Sociologia e Mestre em Política Social pela Universidade de Brasília (UnB). Docente do Departamento de Serviço Social (SER/IH/UnB) e do Programa de Pós-Graduação em Política Social (PPGPS/SER/IH/UnB) e coordenadora do GENPOSS - Grupo de estudos Gênero, Política Social e Serviços Sociais – (PPGPS/SER/IH/UnB).

2 Estudante de Graduação em Serviço Social pela Universidade de Brasília. Pesquisadora do GENPOSS - Grupo de Estudos de Gênero, Política Social e Serviço social há 03 anos. Atualmente participa projeto de pesquisa “Os Programas de Transferência de renda: iniciativas Pró ou Anti-Equidade de gênero?”

Resumo

Objetiva-se apresentar neste texto alguns resultados preliminares da pesquisa “Os Programas de Transferência de renda: Iniciativas Pró ou Anti-Eqüidade de Gênero?”, que examina a contribuição do PBF para a democratização das famílias, no olhar de beneficiárias residentes na Região Administrativa (RA) do Gama, , umas das cidades mais antigas do Distrito Federal. Seu objetivo é analisar em que medida e de que maneira a referida política contribui para a democratização das relações familiares e o enfrentamento das desigualdades de gênero (DI MARCO, 2005; TEIXEIRA, 2008; 2009).

A garantia de direitos e da cidadania das mulheres impõe como tarefa urgente e necessária a incorporação da transversalidade de gênero pela política social, no sentido de uma nova visão de competências (políticas, institucionais e administrativas) e uma responsabilização dos agentes públicos em relação à superação das construções sociais que, fundadas nas diferenças biológicas entre homens e mulheres, se configuram como desigualdades (BANDEIRA, 2005).

Em termos de metodológicos optou-se pela uso da abordagem qualitativa em razão deste tipo de metodologia oferecer técnicas capazes de produzir respostas mais aprofundadas acerca do que pensam os/gestores do Programada. Ou seja, a natureza da análise que se pretende na pesquisa determinou a escolha desse procedimento metodológico (Debus, 1988). Assim realizou-se inicialmente a coleta e análise dos dados secundários, referentes à Região Administrativa do Gama e à política de assistência social do DF. Posteriormente, realizou-se Entrevista em Profundidade, semi-estruturada, com beneficiárias, técnicas/os e gestores responsáveis pelo programa na referida RA.

Os dados analisados até o momento indicam que as ações desenvolvidas junto a às mulheres residentes no Gama, no âmbito do programa Vida Melhor, iniciativa do governo, por meio do qual se operacionaliza o Bolsa Família e outras iniciativas na área de segurança alimentar no Distrito Federal envolvem as áreas da proteção social básica e da proteção social especial (BRASIL. MDS, 2004).

O único Centro de Referência de Assistência Social existente na cidade, a quem compete materializar as ações de proteção social básica, desenvolve ações junto às mulheres e famílias beneficiárias que incluem a disponibilização de informações referentes a esses e outras programas e iniciativas existentes no âmbito da assistência social, por meio da realização de reuniões mensais e o preenchimento do formulário do Cadastro Único. Esses formulários, preenchidos manualmente, são posteriormente enviados à Subsecretaria de

Transferência de Renda, responsável pela inclusão dos dados no CADSUAS e monitoramento do processo de concessão (ou) dos benefícios, o que inclui eventuais visitas domiciliares.

A articulação das ações desenvolvidas pelos diferentes órgãos encarregados de concretizar a política de assistência e o programa Vida Melhor, na RA do Gama, permanece em nível de meta e desafia a história recente da área no DF, fustigada por renitente falta de quadro de pessoal próprio. A contratação recente, por concurso público de profissionais necessários à implantação das ações nessa área, ainda não permitiu a conformação de um novo cenário em termos dos contornos da política em conformidade com os princípios consagrados nos documentos que a normatizam (Constituição Federal, Lei Orgânica da Assistência Social (LOAS) e Plano Nacional de Assistência Social (PNAS), Norma Operacional Básica do SUAS - NOB-SUAS, dentre outros).

O mesmo se pode dizer das ações voltadas para a capacitação e geração de emprego e renda. As iniciativas em curso atingem um percentual reduzido de mulheres e não logram garantir condições materiais para que as mulheres transformem os conhecimentos adquiridos em fonte de renda. Persiste, a exemplo da tendência que marca a política social brasileira, contemporânea, a fratura entre assistência e trabalho e a incapacidade das iniciativas romperem o circuito assistencial.

No que se refere à transversalidade de gênero, as entrevistas realizadas até o momento não revelaram nenhuma iniciativa particular em que tal preocupação se coloque. Antes, apontaram que, assim como nas iniciativas sob o escopo dessa política, entre as próprias mulheres beneficiárias prevalece uma visão das configurações familiares e das relações de gênero com forte conteúdo *familista* e *maternalista* com uma naturalização da inserção subordinada das mulheres e seu enclausuramento e responsabilização pelo grupo doméstico e o trabalho da reprodução ((MIOTO, 2008, MOLYNEAUX, TEIXEIRA, 2008; TEIXEIRA, 2009).

Referência Bibliográfica

ARAÚJO, Clara & SCALON, Celi (Orgs.). **Gênero, família e trabalho no Brasil**. Rio de Janeiro: FGV/FAPERJ, 2005.

BANDEIRA, Lourdes. **Avançar na transversalidade da perspectiva de Gênero nas políticas públicas**. Brasília: CEPAL/SPM, 2005.

BRASIL. Presidência da República. Secretaria Especial de Políticas para as mulheres. **Plano Nacional de Políticas para as Mulheres**. Brasília: Secretaria Especial de Mulheres, 2004.

_____. MINISTÉRIO DO DESENVOLVIMENTO SOCIAL E DO COMBATE À FOME (MDS). Programa de atenção integral à família. **Plano Nacional de Assistência Social**. Ministério do desenvolvimento e combate à fome. 2008. Disponível em: <http://www.mds.gov.br/programas/rede-suas/protecao-social-basica/paif/programa-de-atencao-integral-a-familia-paif/>. Acesso em: 03 out. 2008.

BRUSCHINNI, Cristina. Trabalho doméstico: inatividade econômica ou trabalho não remunerado?, *Revista Brasileira de Estudos da População*, São Paulo, v. 23, n. 2, p. 331-353, jul./dez. 2006. Disponível em: <www.scielo.br/pdf/rbepop/v23n2/a09v23n2.pdf> Acesso em 03 de set. 2007.

DEDECCA, Claudio Salvadori. *Regimes de Trabalho, Uso do Tempo e Desigualdade entre Homens e Mulheres*. Disponível em: < <http://www.fcc.org.br/seminario/DEDEC CA.pdf>>. Acesso em 04 de outubro de 2008. 18 p.

_____. Tempo, Trabalho e Gênero, In . São Paulo, 2004, (mimeo.). Disponível em: < <http://www.ie.ufrj.br/aparte/pdfs/>

[nota_tecnica_tempo_trabalho_e_genero.pdf](http://www.ie.ufrj.br/aparte/pdfs/nota_tecnica_tempo_trabalho_e_genero.pdf)> Acesso em 04 de outubro de 2008. 16 p.

COSTA, J.S et al. A face feminina pobreza: sobre-representação e feminização da pobreza no Brasil. **Texto para discussão nº1137**. Brasília: IPEA, Novembro. 2005.

DI MARCO, Graciela. **Democratización de las familias**. Guia de recursos para talleres. Buenos Aires, Argentina, UNICEF, 2005. Políticas Públicas. Brasília: CEPAL/SPM, 2005

FONSECA, Claudia. Apresentação - de família, reprodução e parentesco: algumas considerações. **Cadernos Pagu**, Campinas, n. 29, Dez. 2007. disponível em

<http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0104-83332007000200002&lng=en&nrm=iso>. Acesso em 22 Maio de 2009.

GAMA, Andréa Sousa. As contribuições e os dilemas da crítica feminista para a análise do Estado de Bem-Estar social, **SER Social**, v. 1, n.2 (1. sem. 1998) Brasília: Universidade de Brasília. Departamento de Serviço Social, 2009.

MELO, Hildete Pereira de. Linha de Pobreza: um olhar feminino. **Textos para discussão**. Niterói/RJ, UFF/Economia. Maio, 2005.

MIOTO, Regina Célia Tamaso. Família e políticas sociais, In BOSCHETTI, Ivanette, BERHRING, Elaine, MIOTO, Regina Célia & SANTOS, Silvana (Org.). **Política Social no capitalismo**. 1º edição. Brasília. Editora Cortez. 2007. p.130-144.

MOLYNEUX, Maxine. Mothers at the Service of the New Poverty Agenda: Progres/Oportunidades, Mexico's Conditional Transfer Programme, Social Policy and Administration V. 40, N°. 4, August, 2006, p. 425-449.

PINHEIRO, Luana et al., 2008. *Retrato das Desigualdades*. 3ª edição. Brasília: Instituto de pesquisa econômica aplicada (IPEA) / Fundo das nações unidas para a mulher (UNIFEM), 2008.

STEIN, Rosa H. As Políticas de Transferência de Renda na Europa e na América Latina: recentes ou tardias estratégias de proteção social? Brasília: Universidade de Brasília. Centro de Estudos das Américas, 2005. [Tese de doutorado].

TEIXEIRA, Marlene. Equidade de gênero e transferência de renda – reflexões a partir do Programa Bolsa Família, BOSCHETTI, Ivanette, BERHRING, Elaine, MIOTO, Regina Célia & SANTOS, Silvana (Org.). **Política Social no capitalismo**. 1º edição. Brasília. Editora Cortez. 2007. p. 220-241.

_____. **Os programas de Transferência de Renda e as mulheres – iniciativas pró ou anti equidade de gênero?** Projeto de pesquisa apresentado ao CNPQ. Brasília, 2009.

THERBORN, Goren. **Sexo e Poder**, São Paulo, 2006.